

Arquitetura e Urbanismo:

PATRIMÔNIO, SUSTENTABILIDADE E TECNOLOGIA 2

Jeanine Mafra Migliorini
(Organizadora)

Arquitetura e Urbanismo:

PATRIMÔNIO, SUSTENTABILIDADE E TECNOLOGIA 2

Jeanine Mafrá Migliorini
(Organizadora)

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

iStock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Gírlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angéli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lillian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lillian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Prof. Me. Marcos Roberto Gregolin – Agência de Desenvolvimento Regional do Extremo Oeste do Paraná
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembí Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Dr. Sullivan Pereira Dantas – Prefeitura Municipal de Fortaleza
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Universidade Estadual do Ceará
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Arquitetura e urbanismo: patrimônio, sustentabilidade e tecnologia 2

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Flávia Roberta Barão
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os autores
Organizadora: Jeanine Mafra Migliorini

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A772 Arquitetura e urbanismo: patrimônio, sustentabilidade e tecnologia 2 / Organizadora Jeanine Mafra Migliorini. - Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-316-0

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.160211607>

1. Arquitetura. 2. Urbanismo. I. Migliorini, Jeanine Mafra (Organizadora). II. Título.

CDD 720

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

A arquitetura desde sua origem é carregada de significado e simbolismo. Desde construções como Stonehenge, uma construção não habitável, estamos cercados de desejos e representações, na maioria das vezes implícitas, sobre o poder do homem diante da natureza e diante dos demais. Essa necessidade de expressão percorre toda história e é atestada pela arquitetura que resiste ao tempo. Basta um olhar mais atento para percebermos os indícios e assim podermos mergulhar em um universo de possibilidades de interpretação dessa arquitetura. Nos artigos apresentados nos deparamos com alguns desses monumentos de resistência da história, testemunhos de um tempo que muito tem a nos dizer, a nos orientar e conduzir por reflexões acerca de nossa realidade, e o que se projeta para o futuro.

O poder da arquitetura sobre nossas atitudes é muito mais amplo do que se percebe em um primeiro olhar, em consequência disso a produção desse espaço merece um cuidado que vai além da decisão da técnica. Produzir um lugar de viver, em qualquer escala, é trabalho que necessita de análises de condições ambientais, tecnológicas e sociais. Perceber o usuário do espaço, entender suas necessidades e muitas vezes limitações cotidianas é fundamental para o trabalho; assim como passando à outra escala, mais ampla, as consequências das decisões sobre o ambiente, quais escolhas e como elas refletem no meio em que vivemos.

Todos esses processos que envolvem a arquitetura e o urbanismo trazem uma grande responsabilidade aos seus produtores, que oferecem consequências imediatas e outras tantas que perdurarão por muito tempo, então é através de um trabalho consciente, amplo em suas reflexões que chegaremos, cada vez mais próximos a um produto equilibrado ambientalmente, socialmente, simbolicamente, que alcance uma das maiores premissas da arquitetura: o equilíbrio entre a forma e a função.

Boa leitura e ótimas reflexões!

Jeanine Mafra Migliorini

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

O RECONHECIMENTO DOS BENS CULTURAIS COMO SUPORTE AO RESTAURO NA ATUALIDADE

Juliana Cunha Barreto

Virginia Pitta Pontual

José Manuel Aguiar Portela da Costa


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1602116071>

CAPÍTULO 2..... 13

AVALIAÇÃO QUALITATIVA DAS INFORMAÇÕES PARA A CONSERVAÇÃO DE BENS ARQUITETÔNICOS DE ACORDO COM OS TIPOS DE INVENTÁRIOS CIENTÍFICOS NACIONAIS

Ana Paula Ribeiro de Araujo


Ricardo Ferreira Vieira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1602116072>

CAPÍTULO 3..... 29

OLINDA, DO MARTÍRIO À GLÓRIA: A HISTÓRIA DA CIDADE MONUMENTO NACIONAL ATRAVÉS DO PROCESSO DE TOMBAMENTO DO IPHAN (1972-1980)

Camilla Gomes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1602116073>


CAPÍTULO 4..... 44

O MERCADO MUNICIPAL DE TAUBATÉ: ESPAÇO E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Claudia Maria de Moraes Santos

Maria Aparecida Chaves Ribeiro Papali


Valéria Regina Zanetti

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1602116074>

CAPÍTULO 5..... 54

O TESTEMUNHO DA FORMA - MODIFICAÇÕES DOS EDIFÍCIOS HISTÓRICOS DO BAIRRO DE SÃO JOSÉ


Maria de Lourdes Carneiro da Cunha Nóbrega

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1602116075>

CAPÍTULO 6..... 68

ARQUITETURA SERTANEJA: CONTRIBUTOS PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO RURAL DA REGIÃO SERIDÓ POTIGUAR

Maria Rita de Lima Assunção

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1602116076>


CAPÍTULO 7..... 82

PATRIMÔNIO AFRO-BRASILEIRO: MAPEAMENTO DAS AÇÕES DO COMITÊ GESTOR NA ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS TURÍSTICAS QUE SE ARTICULAM COM

A PRESERVAÇÃO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO DO CAIS DO VALONGO

Aline Karina de Araújo Dias

Joseane Paiva Macedo Brandão


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1602116077>

CAPÍTULO 8..... 99

INCURSÕES POR PAISAGENS ART DÉCO: CONEXÕES SÃO PAULO-BAHIA

Maria Ângela Barreiros Cardoso

Saïde Kahtouni

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1602116078>


CAPÍTULO 9..... 116

O CONCEITO DE INTEGRIDADE NA CONSERVAÇÃO DA ARQUITETURA MODERNA

Allana de Deus Peixoto

Carlos Eduardo Luna de Melo

Flaviana Barreto Lira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1602116079>


CAPÍTULO 10..... 128

CASAS MODERNISTAS COMO PATRIMÔNIO EM CACHOEIRA DO SUL

Ana Elisa Souto

Laline Elisangela Cenci

Renata Venturini Zampieri


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160710>

CAPÍTULO 11..... 139

MODERNISMO EM MACEIÓ: EDIFICAÇÕES ESQUECIDAS DO JARAGUÁ AO CENTRO

Tamires Aleixo Cassella

Letícia Brayner Ramalho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160711>


CAPÍTULO 12..... 152

EMIL BERED: HABITAÇÃO COLETIVA MODERNA PORTOALEGRENSE

Angela Cristiane Fagundes

Maitê Trojahn Oliveira

Silvio Belmonte de Abreu Filho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160712>


CAPÍTULO 13..... 171







ANÁLISE ARQUITETÔNICA DO CLUBE DO TRABALHADOR NA CIDADE DE CAMPINA GRANDE: TERTULIANO DIONÍSIO, 1962




Vitória Catarine Soares Pereira

Paula Emanuelle Silva Pequeno

Adriana Regina Sarmiento Vieira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160713>

CAPÍTULO 14	184
LIMIARES E DISPUTAS: EXPERIMENTAÇÕES MODERNISTAS NO PLANO AGACHE Thiago Santos Mathias da Fonseca  https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160714	
CAPÍTULO 15	199
LA PLAZA DE ARMAS DE SANTIAGO EN EL SIGLO XVIII: ¿PLAZA CÍVICA, ZOCO O TIÁNGUEZ? Mauricio Baros Townsend  https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160715	
CAPÍTULO 16	214
(RE)CONHECENDO O ÁGUA LIMPA: O RESGATE DA HISTÓRIA ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL Amanda Lopes da Silva Fernanda Vieira da Silva Janaina Faleiro Lucas Mesquita Rafaella Lasmaz Bozetti  https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160716	
CAPÍTULO 17	225
CIDADES CRIATIVAS E REQUALIFICAÇÃO URBANA: CONSUMO DO ESPAÇO E DINÂMICA SOCIOESPACIAL NA ANTIGA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE CORDEIRÓPOLIS (SP) Eduardo Alberto Manfredini  https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160717	
CAPÍTULO 18	238
A ARQUITETURA HÍBRIDA – UM PARADIGMA TEÓRICO? Larissa Miranda Kravchenko Pedro Henrique Máximo Pereira  https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160718	
CAPÍTULO 19	255
CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL: TRANSFORMAÇÃO DA CLÍNICA TRADICIONAL DE MUNDOS ISOLADOS EM LUGAR DA MULTITERRITORIALIDADE Sarah Gabriela de Carvalho Oliveira José Gustavo Francis Abdalla  https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160719	
CAPÍTULO 20	267
AMBIÊNCIA E TERRITÓRIO EM PROJETOS EMERGENCIAIS: OS CASOS DE MARIANA E BRUMADINHO Leonardo Valbão Venancio Bruno Massara Rocha  https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160720	

CAPÍTULO 21	278
ARQUITETURA DA ALTERIDADE COMO SUBSÍDIO PARA REQUALIFICAÇÃO DE IMÓVEIS VAZIOS NO BAIRRO DE SÃO JOSÉ (LESTE), NO CENTRO DO RECIFE	
Larissa Fonseca da Cunha	
Andrea Melo Lins Storch	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160721	
CAPÍTULO 22	288
DIMENSÃO RIBEIRINHA COMO REFERÊNCIA DE PROJETO DE ARQUITETURA PARA A AMAZÔNIA	
Tainá Marçal dos Santos Menezes	
Ana Klaudia de Almeida Viana Perdigão	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160722	
CAPÍTULO 23	301
ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA: UMA REFLEXÃO SOBRE A RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA NO NORDESTE BRASILEIRO	
Ruana Rafaela Batista Paiva	
Trícia Caroline da Silva Santana	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160723	
SOBRE A ORGANIZADORA	318
ÍNDICE REMISSIVO	319

PATRIMÔNIO AFRO-BRASILEIRO: MAPEAMENTO DAS AÇÕES DO COMITÊ GESTOR NA ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS TURÍSTICAS QUE SE ARTICULAM COM A PRESERVAÇÃO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO DO CAIS DO VALONGO

Data de aceite: 01/07/2021
Data de submissão: 06/04/2021

Aline Karina de Araújo Dias

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Centro Lucio Costa Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural
Cidade Nova, Rio de Janeiro - RJ
<http://lattes.cnpq.br/0688003441567301>

Joseane Paiva Macedo Brandão

<http://lattes.cnpq.br/7249815421214020>

RESUMO: Área Temática: Tema Geral: - Subtema 3: Patrimônio urbano, paisagens culturais e meio-ambiente (conservação urbana/ paisagens culturais/ rotas turísticas/ turismo cultural/ energia e sustentabilidade/ mudanças climáticas). Título: Patrimônio Negro: Mapeamento das ações do comitê gestor na elaboração de políticas públicas turísticas que se articulam com a preservação do sítio arqueológico do Cais do Valongo. Resumo: Este resumo disserta sobre o mapeamento das ações do comitê gestor do sítio arqueológico do Cais do Valongo e a compreensão das possibilidades do uso turístico na região. Articulando com práticas de preservação do bem e participação da comunidade local, por meio de políticas públicas que fomentem o turismo étnico- afro na condução e preservação do bem. Essas ações de desenvolvimento turístico estão previstas no escopo do convênio entre a companhia de desenvolvimento urbano da região

do porto – CDURPe o BNDES visando privilegiar circuitos turísticos de experiência, articulando o turismo cultural que valorize a memória da diáspora africana do Sítio arqueológico do Cais do Valongo. Reconhecido como patrimônio mundial desde de 2017, na qual foi elaborado um rico dossiê de candidatura, pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN), um documento fundamental para o conhecimento da diáspora africana, determinada pelo tráfico de pretos livres, vindos do continente africano, subjugados a condição de escravidão praticada por 400 anos no Brasil para suprir a mão de obra e colonização das Américas. O dossiê de candidatura do cais do Valongo é um guia de estudo importante e destaca o papel fundamental da Organização das Nações Unidas que instituiu o período de janeiro de 2015 a dezembro 2024 como a década das pessoas de descendência africana. E nisso contribuiu com diversas ações no âmbito local e global. Assim, é importante a possibilidade de avaliar o destaque dado ao protagonismo da população preta no desenvolvimento da sociedade brasileira e o respeito às heranças culturais desses grupos. A partir dessas reflexões por meio de análises documentais, entrevistas e videoconferência busca-se compreender como estão sendo realizadas as ações do comitê gestor do sítio no desenvolvimento do turismo. Analisando o papel da CDURP, BNDES, IPHAN e dos demais membros do comitê gestor, da comunidade receptora e destacando o protagonismo da comunidade preta na qual fomentem práticas turísticas culturais, cidadãs, sustentáveis e que favoreçam experiências que contribuam para

aprendizados antirracistas.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo cultural; patrimônio cultural; diáspora africana; comitê gestor políticas públicas ; turismo étnico- afro Autora: Aline Karina de Araújo Dias.

AFRO-BRAZILIAN HERITAGE: MAPPING OF THE MANAGEMENT COMMITTEE'S ACTIONS IN THE ELABORATION OF TOURIST PUBLIC POLICIES THAT ARE LINKED TO THE PRESERVATION OF THE ARCHAEOLOGICAL SITE OF CAIS DO VALONGO

ABSTRACT: Thematic Area: General Theme: - Sub-theme 3: Urban heritage, cultural landscapes and environment (urban conservation/cultural landscapes/tourist routes/cultural tourism/energy and sustainability/climate change). Title: Black Heritage: Mapping the actions of the managing committee in the elaboration of tourism public policies that articulate with the preservation of the archeological site of Cais do Valongo. Abstract: This abstract discusses the mapping of the actions of the managing committee of the archaeological site of Cais do Valongo and the understanding of the possibilities of tourist use in the region. Articulating with practices of preservation of the asset and participation of the local community, through public policies that promote ethnic and African tourism in the conduction and preservation of the asset. These actions for tourism development are foreseen in the scope of the agreement between the Urban Development Company of the Port Area - CDURP and the BNDES, aiming to privilege experience tourism circuits, articulating cultural tourism that values the memory of the African diaspora of the archaeological site of Cais do Valongo. Recognized as a world heritage site since 2017, in which a rich candidacy dossier was prepared by the Institute for National Artistic and Historical Heritage (IPHAN), a fundamental document for the knowledge of the African diaspora, determined by the traffic of free blacks, coming from the African continent, subjugated to the condition of slavery practiced for 400 years in Brazil to supply the labor force and colonization of the Americas. The candidacy dossier of the Valongo wharf is an important study guide and highlights the fundamental role of the United Nations Organization that instituted the period from January 2015 to December 2024 as the decade of the people of African descent. And in this it has contributed with several actions at the local and global levels. Thus, it is important the possibility to evaluate the prominence given to the protagonism of the black population in the development of Brazilian society and respect for the cultural heritage of these groups. From these reflections, by means of documentary analysis, interviews, and videoconferencing, we seek to understand how the actions of the site management committee are being carried out in the development of tourism. Analyzing the role of CDURP, BNDES, IPHAN and the other members of the managing committee, the receiving community and highlighting the protagonism of the black community in which they foment cultural, citizen, sustainable tourist practices and that favor experiences that contribute to anti-racist learning.

KEYWORDS: Cultural tourism; cultural heritage; African diaspora; public policy management committee; Afro-ethnic tourism.

INTRODUÇÃO

A memória da diáspora africana tem ressurgindo e se materializado com a “aparição” do Cais do Valongo, um sítio arqueológico localizado na Zona Portuária do Rio de Janeiro que foi desenterrado em 2011. Desde então, vem se tornando um importante símbolo do tráfico transatlântico de africanos em todo o mundo e foi reconhecido como Patrimônio Mundial pelo Comitê da Organização das Nações Unidas.

Esse processo de patrimonialização do Cais do Valongo ocorreu a partir da revitalização urbana da zona portuária do Rio de Janeiro, um projeto que se realizou como estratégia municipal de desenvolvimento do turismo. O cais é um sítio arqueológico que tem sido objeto de disputas simbólicas que se desdobram em discussões em relação à memória, identidade e sentidos dos patrimônios culturais. É importante analisar o que se manifesta nas construções de sentidos que orientam a construção de políticas de turismo para a região que produz discursos sobre a cidade do Rio de Janeiro.

Nessa perspectiva verifica-se que os projetos de revitalização da zona portuária do Rio de Janeiro podem ser enquadrados no que David Harvey (2005) chama de empresariamento da gestão urbana, em que as cidades se desenvolvem a partir de uma lógica empresarial e se aliam seus objetivos a lógica do mercado. Um desses projetos é o Porto Maravilha, foi criado em 2009, e reproduz uma percepção empresarial e mercadológica da cidade que mobilizou diferentes e conflitantes tentativas de enquadrar a memória afro-brasileira na cidade e, conseqüentemente, seus sentidos no presente.

Historiadores e arqueólogos já falavam de um mercado de escravos/cais na região. A arqueóloga Tania de Andrade de Lima, do Museu Nacional da Universidade do Rio de Janeiro- MN/UFRJ, teve um papel fundamental nas escavações do sítio, já que os gestores públicos conheciam o elevado potencial econômico para a área. Antropólogos também tiveram um importante papel no processo de patrimonialização do Cais do Valongo, importante citar a atuação de Milton Guran, “por meio de suas ações ele contribuiu para a disseminação de um novo enquadramento da escravidão negra no Brasil, que se propôs em uma nova moralidade que denuncia o processo de dominação e de escravização dos africanos e afrodescendentes” (VASSALO, 2019, pg. 392.)

E por fim, importante citar a atuação dos sujeitos sociais negros nesse processo, como os intelectuais negros e do movimento negro. As trajetórias dos africanos do passado que circularam na região do Cais do Valongo e dos negros do presente se interligam e adquirem um sentido em comum: a desumanização, o racismo estrutural e o preconceito. É nesse sentido que podemos entender o fato de se tornarem ancestrais dos ativistas negros e a simbologia ligada a xangô, orixá da justiça, que toma conta do lugar. (VASSALO, 2016)

Sendo assim, é importante exaltar e denunciar os horrores cometidos durante a escravidão. A preservação do Cais do Valongo, através do turismo étnico- afro, possibilita a produção de novas narrativas e construções memorialísticas sobre a escravidão.

Assumindo uma dimensão política abrindo discussões da memória pública da escravidão:

As iniciativas de valorização da memória e da identidade afro-brasileiras lideradas por intelectuais negros. As iniciativas de criação de “sítios históricos” nos bairros centrais das cidades brasileiras apoiadas por associações de moradores e profissionais de arquitetura e urbanismo. (GUIMARÃES, 2019. Pg 367)

O presente artigo busca mapear os sujeitos, redes e instituições do comitê gestor¹ do sítio arqueológico do Cais do Valongo, um sítio de memória sensível, localizado na zona portuária do Rio de Janeiro, que carrega consigo a memória do desembarque da maior quantidade de africanos livres que vieram de diferentes países do continente africano que foram submetidos ao comércio que alimentou a escravidão

O sítio arqueológico ocupa uma área de 2.545,98m² é constituído por vestígios do caçamento de pedras, construído a partir de 1811, para o desembarque de africanos mantido em condições de escravidão no Rio de Janeiro, e foi encoberto pela construção do cais da imperatriz, Tereza Cristina de Bourbon, esposa do imperador Dom Pedro II, em 1843. Sua área corresponde a atual praça Jornal do Comércio e está delimitado pela avenida Barão de Tefé, rua Sacadura Cabral e pelo limite lateral do Hospital dos Servidores do Estado, no número 178 da Rua Sacadura Cabral.



Figura 1 - Vista aérea do Sítio Arqueológico Cais do Valongo, Foto: João Maurício Bragança.

¹ O Comitê Gestor criado por decreto do Prefeito da cidade do Rio de Janeiro, foi responsável por coordenar a gestão do Sítio Arqueológico Cais do Valongo, da sua Zona de Amortecimento e do Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana, mas foi extinto pelo decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, que extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal.

Construiu-se gradativamente um imaginário em torno de três bairros que compõem a região Saúde, Gamboa e Santo Cristo – como um território negro. Na obra de Moura, a Pequena África designa uma região sem fronteiras muito precisas que engloba a Saúde, o Centro e a Cidade Nova, onde moravam e se encontravam cariocas, baianos, e africanos em processo de proletarização, que ali realizavam seus ritos sagrados e profanos.

A região do Cais do Valongo é permeada de significados da cultura afro-brasileira, constitui-se como território negro, sendo uma forma de evidenciar a memória pública da escravidão na zona urbana do Rio de Janeiro. O destaque dos fortes símbolos ligados ao Cemitério dos Pretos Novos, ao Cais do Valongo e ao mercado de escravos propicia o desenvolvimento de narrativas sobre a localidade, não só relacionado ao samba, ao trabalho de carga e ao candomblé – como era o caso da Pedra do Sal, mas também ao sofrimento e a dor do desembarque, da comercialização e do enterramento. Zelar pela preservação desse bem a partir da denúncia da escravidão e do tráfico é uma forma de dar visibilidade aos crimes contra a humanidade:

Quase um quarto de todos os africanos escravizados nas Américas foram trazidos para o Brasil e, desses, cerca de 60% entraram pelo Rio de Janeiro. A cidade pode ser considerada, portanto, o maior porto escravagista da história (IPHAN, 2016.pg 141).

Ainda durante as obras do Porto Maravilha, a prefeitura criou o Circuito de Herança Africana, com o intuito de desenvolver o potencial turístico da região e atrair um público de fora do bairro e, assim, começou a oferecer visitas guiadas pela região portuária que incluíam certos atrativos. O processo que conduziu à criação do Circuito de Herança Africana (figura 2) contribuiu ainda mais para a consolidação da Saúde como um território negro. (VASSALO, 2004.pg 17):

O Conselho Científico Internacional do Projeto Rota do Escravo: Resistência, Liberdade e Herança, da UNESCO, por ocasião da sua reunião estatutária de 2013, realizada no Rio de Janeiro, reconheceu a relevância ímpar do Sítio Arqueológico do Cais do Valongo como lugar de memória da Diáspora Africana nas Américas, tendo afixado no Cais uma placa expressando esse reconhecimento, a primeira do gênero afixada no mundo, no dia 20 de novembro de 2013, quando se comemora no Brasil o Dia da Consciência Negra. A candidatura do Sítio Arqueológico do Cais do Valongo a Patrimônio Mundial recebeu o apoio unânime do Comitê Científico Internacional, apoio este que foi renovado por ocasião da reunião do Projeto Rota do Escravo: Resistência, Liberdade e Herança em 2014, na cidade do México. (IPHAN, 2016.pg 27)



Figura 2: Mapa do Circuito de Herança Africana - Angela Teberga de Paula.

Importante reforçar que os processos de revitalização da zona portuária do Rio de Janeiro fazem emergir dois discursos, “um deles é um projeto neoliberal que se instala no Brasil ao longo de décadas e, de outro um projeto democratizante, participativo, que emerge a partir das crises dos regimes autoritários e dos diferentes esforços nacionais de aprofundamento democrático”. (Dagnino, 2004:140)

Assumindo um projeto democratizante e participativo, o turismo étnico-afro, pode ser uma forma de possibilitar a construção de narrativas que viabilizem a reconstrução de identidades de lugares e de grupos sociais, que historicamente excluídos veem nesta possibilidade a afirmação das noções de memória, cultura e patrimônio como meios de reivindicação de direitos sociais e políticos negados há muito tempo. De acordo com o dossiê:

O Comitê gestor a ser criado por decreto do Prefeito da cidade do Rio de Janeiro, será responsável por coordenar a gestão do Sítio Arqueológico Cais do Valongo, da sua Zona de Amortecimento e do Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana. A gestão se dará através da atuação de forma consultiva e deliberativa sobre questões que afetam a área de gestão; da participação de forma colaborativa nas ações que interfiram na área de gestão; e da proposição de políticas, programas, projetos e ações de caráter educativo, cultural, turístico, econômico ou social que tenham como objetivo a conservação, valorização e promoção do patrimônio cultural de natureza material ou imaterial relacionados ao Sítio Arqueológico do Cais do Valongo e sua Zona de Amortecimento e ao Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana (IPHAN, 2016. pg 165)

É necessário compreender as complexidades das atividades turísticas realizadas

no Cais do Valongo e refletir sobre uma proposta de turismo étnico-afro que dialogue com o não apagamento das experiências dos escravizados e que possa contribuir com a preservação e proteção do sítio.

É importante destacar a participação ativa dos sujeitos que valorizam a dimensão étnico racial da região, como, por exemplo: José Rufino dos Santos, historiador e importante militante negro que foi responsável pela solicitação do tombamento da Pedra do Sal, Abdias do Nascimento, Luíza Bairos, ex-ministra da Igualdade Racial, Heitor dos Prazeres, instituições, associações como a fundação Palmares, associação Quilombo da Pedra do Sal, Afoxé Filhos de Gandhi, COMDEDINE -Conselho Municipal de Defesa dos Direitos dos Negros e outros sujeitos atuantes na região que o caracterizam como um território afro- brasileiro:

“ No século XIX, foi também o marco inicial da constituição de uma ampla região que ficou conhecida a partir do século XX como pequena África, expressão criada pelo pintor e sambista Heitor dos Prazeres. Nesta região se instalaram as primeiras casas de culto de matriz africana na cidade, ali nasceu o samba” (IPHAN, 2016.pg. 106)

Diante dessas reflexões é preciso identificar e analisar como estão sendo conduzidas as ações que foram firmadas na carta “Recomendações do Valongo”², pois de acordo com o dossiê do Cais do Valongo foram firmados compromissos com a prefeitura do Rio de Janeiro e o IPHAN:

“É compromisso da Prefeitura do Rio de Janeiro e do IPHAN a implantação de um Memorial de Visitação, conforme previsto na já citada carta Recomendações do Valongo. Este memorial centralizaria as informações para o visitante e seria responsável pela exposição de parte do acervo arqueológico encontrado nas escavações. Para isso, foi indicado pela carta Recomendações do Valongo o uso do galpão das Antigas Docas D. Pedro II, bem tombado pelo IPHAN, com cerca de 14.000 m² de propriedade do Estado Brasileiro. A proposta envolve o IPHAN, a Prefeitura e o MAR - Museu de Arte do Rio de Janeiro, localizado no Porto do Rio, vizinho ao sítio arqueológico. O compromisso dos entes públicos envolvidos é que o espaço do galpão abrigue definitivamente o Memorial da Celebração da Herança Africana, além do Centro de Recepção de Visitantes e de uma área de exposição permanente do acervo arqueológico e da coleção de arte afro-brasileira do MAR, que se propõe a gerir esse equipamento cultural” (IPHAN, 2016. pg 169)

Assim, o objetivo do artigo é compreender as possibilidades do uso turístico na região do Valongo articulando com ações de preservação do bem e participação da comunidade local. Para isso é importante construir um mapeamento das ações que estão sendo construídas pelos principais sujeitos do comitê gestor do Sítio arqueológico.

2 A carta “Recomendações do Valongo” é um dos resultados do trabalho desenvolvido pelo Grupo de Trabalho Curatorial do Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana na Região Portuária do Rio de Janeiro, em conformidade com o disposto no Decreto Municipal 34803, de 29 de novembro de 2011. Esse grupo se reuniu por sete meses para discutir a implantação de um circuito que inclui sítios arqueológicos, sítios históricos e sítios vivos da área do porto do Rio de Janeiro, tendo o Cais do Valongo como centro, no sentido de preservar a memória da herança africana do local. Essa carta foi apresentada em audiência pública em 26 de junho de 2012.

Trazendo elementos dos sentidos de construção da memória pública da escravidão, afirmação de singularidades e reivindicação de direitos sociais que foram politicamente negados, destacando, sobretudo, o papel preponderante do movimento negro, intelectuais negros, sociedade civil e comunidade local, agentes que identificam essa região como um território negro e percebê-los na articulação no comitê gestor do sítio nas ações para o desenvolvimento turístico na região após o recebimento do título de Patrimônio Mundial.

Tomando como base as indicações que foram construídas no dossiê de candidatura do Cais do Valongo a patrimônio mundial, esse documento destacou a atuação do comitê gestor com ações que criem proposições de políticas, programas, projetos e atuações de caráter educativo, cultural, turístico, econômico ou social que tenham como objetivo a conservação, valorização e promoção do patrimônio cultural de natureza material ou imaterial relacionados ao sítio, sua zona de amortecimento, circuito histórico e arqueológico de celebração da herança africana.

Para esse fim, a metodologia usada para a compreensão das ações desenvolvidas pelo comitê gestor, foram mapeamento dos principais sujeitos do comitê gestor, articulação e convite para uma videoconferência. A partir de perguntas norteadoras para nos guiar na reunião e gravação em plataformas digitais com propósito de registro.

As fontes foram as atas de reuniões das instituições formadoras do comitê gestor, documentos do IPHAN, documentos disponibilizados pelos sujeitos do comitê, arquivos de seminários e outras reuniões de inauguração do comitê gestor. Assim, foram identificados nesse artigo quem são os agentes constituintes desse comitê, quais instituições eles representam, o que eles pensaram sobre ações de gestão no âmbito turístico, qual tipo de turismo, memórias, identidades e narrativas estão sendo construídas e por se tratar de um sítio de memória sensível é necessário compreender que práticas de preservação e gestão turísticas devem ser construídas a partir das percepções da comunidade receptora.

MAPEAMENTO DE SUJEITOS, REDES E INSTITUIÇÕES DO COMITÊ GESTOR DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO DO CAIS DO VALONGO

O mapeamento dos sujeitos, redes e instituições, objetiva-se entender os processos descritos acima e destacando que a prática imersiva do campo gera, frequentemente, dilemas éticos e metodológicos, provocando escolhas e posicionamento dos sujeitos envolvidos no processo de construção do mapeamento. De acordo com Enne (2014):

Trata-se de um complexo jogo de identidade e alteridade - entre "nós", os "outros" e os "outros dos outros", que frequentemente somos "nós" pesquisadores também - cujo mapeamento não se faz sem conflitos ou angústias. Assim, o pesquisador se vê constantemente desafiado por limites e dilemas no seu fazer etnográfico. (ENNE, 2014.pg .85)

Esse fazer etnográfico é desafiador, pois como bacharel em turismo entender os

vários processos e questões complexas que envolvem elementos como simpatia, empatia, pertencimento, engajamento, ativismo político e necessidade de dialogar com outros discursos que discorrem com objetividades versus subjetividades, sempre presente nos debates das ciências sociais.

E se tratando de um sítio de memória sensível como o Cais do Valongo, que sintetiza em sua materialidade as relações do comércio escravagista que envolveram a África, as Américas e a Europa, o que demonstra o seu valor universal excepcional como lugar de memória sensível e patrimônio da humanidade.

Diante disso, o turismo não é a única atividade, vertente ou abordagem a ser vivenciada, é a união de diferentes olhares, estudos e temáticas, que ao se juntarem abrem caminhos muito mais amplos. É importante compreender a multiplicidade de visões que abrangem diversos pontos de partida e chegada, para caracterizar o público-alvo, grupos envolvidos, tipo de segmento, forma de planejamento e gestão, técnicas de manejo e sustentabilidade para promover o turismo e/ou atividade turística que valorize o território negro na região.

Um desses pontos de partida e/ou segmento é o turismo cultural, visto que a relação turismo e cultura é fundamental. A ligação entre cultura e turismo deve ser entendida como relação de trocas, aprendizados e conhecimentos. No caso do Cais do Valongo, a compreensão do sítio, em que sua materialidade simbólica representa a patrimonialização das diferenças, repúdio, luta por direitos, resistência e espaço de manifestações culturais afro-brasileiras simbólicas de afirmação cultural.

Nesse sentido, é importante destacar que o patrimônio cultural, mais do que atrativo turístico, é fator de identidade cultural e de memória das comunidades, fonte que as remete a uma cultura partilhada, a experiências vividas, a sua identidade cultural e, como tal, deve ter seu sentido respeitado. (BRASIL, 2008, p.15)

O turismo cultural, nessa perspectiva, “compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura” (MINTUR, 2006, p. 13). Bens culturais que englobam a memória, a identidade, as edificações e os conjuntos urbanísticos, já os imateriais são as manifestações populares (música, gastronomia, artes visuais e cênicas, festas, dança, artesanato e entre outras). Dentro desse segmento, é encontrado o turismo étnico conceituado pelo envolvimento das comunidades representativas dos processos migratórios europeus e asiáticos, as comunidades indígenas, as comunidades quilombolas e outros grupos sociais que preservam seus legados étnicos como valores norteadores em seu modo de vida, saberes e fazeres. (MINTUR, 2006, p. 18).

Assim, a constituição do comitê gestor do Cais do Valongo traz em sua construção a diversidade de sujeitos, redes e instituições, que ampliam o olhar sobre as ações de

preservação, possibilidades do uso turístico na região e para o planejamento turístico étnico-afro que tenda a exaltar a memória dos afro-brasileiros e da comunidade receptora. Tendo a sensibilidade de entender que o turismo desenvolvido somente por interesse mercadológico sem o devido planejamento ele tende a beneficiar apenas os sujeitos promotores hegemônicos do turismo (LEITE, 2004). Segue o quadro abaixo:

SUJEITOS	CARGO	INSTITUIÇÃO	VISÃO SOBRE O BEM	AÇÕES
Sérgio Paz	Coordenação-Geral de Cooperação Nacional	Cogecon/Ipahan/sede	Institucional	Supervisor Mestrado Profissional
Candice Ballester.	Chefe da Divisão de Reconhecimento Internacional de Bens Patrimoniais	Coordenação - Geral de Cooperação Internacional/IPHAN/SEDE	Institucional	Processo de candidatura do casis do Valongo a patrimônio mundial, monitoramento e gestão do bem.
Sônia Rampim Florêncio	Coordenadora de Educação Patrimonial	IPHAN/SEDE	Institucional	Educação Patrimonial
Joseane Brandão	Docente do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural	IPHAN/RJ	Educacional	Orientadora da pesquisa sobre o casis do Valongo e usos turísticos
Nilcelmar Nogueira	Consultora do IPHAN e foi secretária de cultura do Rio	IPHAN/	Étnica	Identificação de patrimônios imateriais da região do casis centro de interpretação
Merced Guimarães	Presidente do Instituto Pretos Novos	IPN- Instituto Pretos Novos	Educação Patrimonial	Circuito de Herança Africana
Luciane Gorgulho	Chefe de departamento de	BNDES – Banco Nacional de desenvolvimento Social	Recursos	África, fomento ao turismo, placas desinalização, investimento em startups e projetos Culturais
Gracy Mary	Presidente da Organização Cultural Remanescente de Tia Ciata	Casa da Tia Ciata.	Étnica	Caminhos de Ciata, vivenciado jongo, batuques de Ciata, oficinas de tambor, capoeira, maculelê e educação patrimonial

Sérgio Noronha	Coordenador	CEPPIR- Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para a Promoção da Igualdade Racial	Étnica	Lavagem sagrada do cais do valongo e segue as agendas existentes da região.
Monica Silva	Assessora de Desenvolvimento Econômico Social/	CDURP- Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto	Institucional	Desenvolvimento urbano na região, capacitação da comunidade local, por meio de ações de educação patrimonial.
Rodrigo Nascimento Cléber Silva	Presidente	MUHCAB Museu da História e da Cultura Afro Brasileira	Étnica Educação patrimonial	Historiografia afro-brasileira e afro- atlânticas
Mônica Costa	Assessora de patrimônio imaterial (superintendente substituta)	IPHAN/RJ	Institucional	Ações do grupo circuito histórico arqueológico da herança africana
Sandro Capadócia	Assessor Especial	Secretaria de Turismo do RJ	Política	Turismo Religioso na pequena África
Fernanda Bittencourt Vieira (supervisão)	Assessora	COGECOM/IPHAN/ SEDE	Institucional	Supervisora do mestrado profissional
Mãe Celina de Xangô	Gestora do Centro Cultural Pequena África	Pequena África	Étnica	Promoção de circuito histórico e arqueológico da herança africana
Giovanni Harvey	Presidente	Incubadora Afrobrasileira	Étnica	Ações tecnológicas de estruturação de circuitos turísticos culturais.
Leonardo Alves	Diretor do departamento de pesquisa e documentação	INEPAC- Instituto Estadual do Patrimônio Cultural	Institucional	Educação patrimonial, tombamento de pedra do cais do valongo.
Milton Guran	Coordenador Antropólogo	IPHAN- Comitê Científico	Institucional/ Pesquisa	Elaboração deste dossiê de candidatura
Mônica Lima	Técnica Historiadora	IPHAN- Comitê Científico	UFRJ/ Pesquisa	Elaboração deste dossiê de candidatura
Damião Braga	Presidente	Associação de remanescentes do Quilombo Pedra do Sal	Étnica	Projeto do samba
Luiz Eduardo Negro Gun	Presidente	Cedine - Conselho Estadual dos Direitos do Negro RJ	Étnica	Lavagem do Cais do Valongo, escavação arqueológica no VLT

Figura 3: Mapeamento de sujeitos, redes e instituições do comitê gestor.

ETAPAS: ATIVIDADES REALIZADAS

- Levantamento preliminar pesquisa bibliográfica;
- Identificação de sujeitos e instituições que promovam ações turísticas de preservação do Cais do Valongo articuladas e integradas com a comunidade local
- Pesquisa desktop;
- Entrevista com sujeitos chaves do processo por meio de entrevistas individuais e coletivas
- Pesquisa a acervos institucionais: Museu da História e Cultura Afro-brasileira (MUHCAB) ; Secretaria Municipal de Cultura do Município do Rio de Janeiro (SMC); Conselho Estadual dos Direitos do Negro (Cedine); Instituto Pretos Novos (IPN); Secretaria de Turismo do Rio Janeiro; Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC); Incubadora Afro-brasileira;

LEVANTAMENTO DE DADOS

Para o levantamento dos dados, no dia 25 de junho de 2020, foi realizada uma videoconferência com a participação de 18 membros do comitê gestor do Cais do Valongo, representando suas respectivas instituições, de acordo com a tabela acima (figura 2). O objetivo da reunião foi compreender as possibilidades do uso turístico na região do Valongo articulando com ações de preservação do bem e participação da comunidade local. Sendo assim, a reunião ocorreu seguindo a seguinte metodologia para o levantamento de dados.

PROGRAMAÇÃO E PERGUNTAS NORTEADORAS

- Apresentação do objetivo da pesquisa e do objetivo da reunião
- Abertura para falas: apresentação de cada um - quem é, qual instituição representa
- Quais ações de preservação a instituição tem desempenhado no Cais do Valongo e como você vê a atividade turística como estratégia de preservação desse patrimônio cultural articuladas com a atuação da comunidade local
- Encerramento e convite para outras reuniões, em blocos temáticos
- Tempo de fala de 10 min no máximo para cada membro

CONCLUSÃO

A análise de dados alcançadas por meio de conferência virtual, pesquisa em fontes documentais, reportagens, rede de contatos do controle de representantes do comitê gestor e levantamento bibliográfico serviram de instrumentos para a construção do mapeamento

das ações do comitê gestor na elaboração de políticas públicas turísticas que se articulam com a preservação do sítio arqueológico do Cais do Valongo.

Sobre os temas relacionados à pesquisa, revela, que o atual cenário político e as políticas públicas de gestão direcionadas a manutenção da preservação do Cais do Valongo não é foco do governo atual. Esse fato é comprovado pela extinção dos comitês gestor pelo decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, que extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal, e partir desse decreto, foi extinta todas as ações do comitê gestor do Cais do Valongo e possíveis avanços da pauta. Inclusive devido a esse decreto não foi possível a participação da Fundação Cultural Palmares, pois de acordo com a instituição e suas atuais políticas de gestão que não reconhece o movimento negro, e inclusive o chama de “escória maldita” impossibilita qualquer tipo de avanço do comitê gestor do Cais do Valongo pelo atual governo Federal.

Assim, mãe Celina de Xangô, umas das membras do comitê gestor e presidente do centro cultural pequena África sente os efeitos negativos do atual cenário político, e mantém sem recursos, o espaço cultural que resgata e difunde a história e a cultura afro-brasileira e nessa mesma situação, a casa de Tia Ciata, dirigida por Gracy Mary, relata as dificuldades de continuar as ações culturais, turísticas e de proteção do Cais do Valongo, mas relata as potencialidades da região.

A partir disso, todas as ações, políticas de gestão e manutenção desse bem são atrasadas fazendo com que todas as conquistas de sua patrimonialização a patrimônio mundial se congelem no atual cenário político. Somando a isso, os sujeitos sociais locais ligados a instituições étnicas que lutam pela preservação dessa memória, cuja luta é histórica, relatam a dificuldade de desenvolvimento de suas ações na região, devido ao apagamento, falta de recursos e investimentos. Agregando a isso, temos o cenário devastador com a pandemia da covid-19, que trouxe impactos na oferta e demanda dos serviços turísticos da região.

Infelizmente esses problemas persistem há vários anos na história brasileira, ancorados no racismo estrutural. De acordo com Almeida (2019), importante advogado, filósofo e professor universitário, alerta que racismo, no caso, o estrutural, na sua tese central, relata que o racismo é sempre estrutural, ou seja, que ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade. Compreendendo todos esses fatores de invisibilidades, retrocessos e desvalorização da memória, cultura e identidades afro-brasileiras no relato de Sandro Capadócia, assessor da secretária de estado de turismo do Rio de Janeiro, fica evidente que há uma melhor estruturação e incentivo dos patrimônios culturais dos grupos hegemônicos no que ele defende como “turismoreligioso laico”. Nisso, é importante refletir quais critérios são construídos de valoração a certos patrimônios em relação aos patrimônios do povo negro.

Assim, a partir dessa análise fica evidente que as instituições brasileiras usam de aparatos institucionais, como decretos, normas, ou leis jurídicas para não permitir o

avanço de grupos étnicos raciais, ou de patrimônios culturais, no caso de Cais do Valongo que denuncia as perversidades cometidas, por esses grupos hegemônicos que não reconhecem o racismo com fator estruturante de organização social brasileira, e nisso todas as organizações, movimentos, indivíduos são prejudicados, por enquadramentos de narrativas de vitimização e inferiorização da história negra brasileira.

Devido a reprodução e manutenção de privilégios de grupos hegemônicos que reproduzem condições para o estabelecimento e a manutenção da ordem social, e no âmbito turístico, com a manutenção de circuitos e roteiros, que exaltam histórias, memórias e identidades de grupos colonizadores, invisibilizando a luta histórica dos movimentos negros e das pautas antirracistas que se organizam pela afirmação social, subsistência e luta por igualdade por direitos básicos fundamentais e pela preservação da memória da cultura afro-brasileira, mas apesar disso tudo é possível identificar a potencialidade e riqueza cultural da região do Cais do Valongo, em uma perspectiva de território negro.

Dessa maneira, analisando a visão do comitê científico do Cais do Valongo, que foi responsável pela elaboração do dossiê de candidatura do bem a patrimônio mundial, percebe-se que em governos progressistas as ações de preservação desse bem tiveram avanços como o título de reconhecimento mundial, formação do comitê gestor, inauguração do circuito de herança africana da região, sinalização do bem e obras de escavações arqueológicas que trouxeram à tona a importância histórica e cultural da região portuária do Rio de Janeiro para a compreensão do processo da diáspora Africana em 2011, mas importante pontuar que apesar dos avanços as obras de revitalização dessa região foram motivadas pelo aparelhamento mercadológico e neoliberal do território, e manutenção do turismo exploratório, onde que trouxeram grandes investimentos ligadas ao projeto do “Porto Maravilha” como investimentos de obras monumentais, reafirmação e fortalecimento de identidades que apagam o protagonismo dos outros grupos formadores da sociedade brasileira.

Importante destacar nesse processo de candidatura do Cais do Valongo a patrimônio mundial, sobre o conselho científico internacional do projeto rota do escravo: resistência, liberdade e herança, da UNESCO, por ocasião da sua reunião estatutária de 2013, realizada no Rio de Janeiro, reconheceu a relevância ímpar do Sítio Arqueológico do Cais do Valongo como lugar de memória da diáspora Africana nas Américas, tendo afixado no Cais uma placa (figura 3) expressando esse reconhecimento, a primeira do gênero afixada no mundo, no dia 20 de novembro de 2013, quando se comemora no Brasil o Dia da Consciência Negra. Nesse ato de valor simbólico que trouxe reconhecimento para região, é relevante considerar que o nome “Rota do Escravo”, recoloca o sujeito negro enquanto, objeto, inferior e escravo, e nisso é importante refletir sobre uma narrativa que ressignifique e valoriza nossa posição social.



Figura 4- Placa Unesco: Aline Karina.

De acordo com a narrativa oral de muitos membros desse comitê gestor reunidos na videoconferência, o que nos une é a diáspora africana, que inclusive nos conecta ao Atlântico negro como espaço que permite fluxos, trocas e comunicações entre as populações afrodiaspóricas, e essa narrativa se associa a proposta de educação patrimonial do Museu da História e da Cultura Afro Brasileira do Rio de Janeiro.

Outro ponto de bastante relevância das ações de turismo, preservação do bem articuladas com a comunidade local, que trazem reflexões sobre a ideia de qual turismo será estruturado na região, á tona sobre a problemática da sustentabilidade que paralisa a ideia de desenvolvimento de um turismo étnico- afro, que de fato, pode trazer estruturas, capacitações, fortalecimento do turismo étnico na região, essa problemática foi apontada pela incubadora afro- brasileira e pela casa de cultura da Tia Ciata, nisso é importante expandir o conceito de sustentabilidade, de acordo com Boff (2012), que fala sobre a sustentabilidade social, como instrumento de justiça social.

A análise dos dados possibilitou compreender que a ideia de turismo cultural, focado sobre a perceptiva do turismo étnico, representa bem as ações de âmbito turístico que vem sendo desenvolvidas na região do Cais do Valongo, de acordo com o mapeamento das ações grande parte das atividades que estão sendo realizadas traz como foco principal o enaltecimento, valorização e resgate da cultura afro-brasileira, esse fato fica evidente, por ser tratar do simbolismo de territorialidades sobre a ideia de pequena África e todos os atrativos turísticos que enriquecem esse circuito.

E nessa região, destaca-se o Instituto Pretos Novos, um Museu Memorial (IPN) que foi criado a partir da descoberta de um sítio arqueológico em seu subsolo, o cemitério dos pretos novos, onde existem vestígios de ossos humanos que foram amontados na chegada de embarque de humanos vindos de África que não resistiram as duras condições da viagem, esse espaço de memória, guarda em sua materialidade uma memória sensível e dolorosa dessa época. De acordo com Merced Guimarães, presidente do espaço, o museu tem um grande fluxo de visitação e nisso o instituto vem desenvolvendo ações de educação patrimonial na região, pois por se tratar de um espaço cultural de memória sensível é importante conscientizar os moradores, turistas e curiosos que visitam o espaço para que compreendam a dimensão do racismo estrutural que tem consequências perversas e marcas estruturantes nos dias atuais.

Outro aspecto que é notório saber são as ações do centro de interpretação turística, que foram apontadas por Nilcemar Nogueira na videoconferência, somando ao circuito de herança africana (Pequena África) a restauração do edifício das antigas Docas Pedro II, onde que está destinado funcionar o Centro de Interpretação do Cais do Valongo. De acordo com a narrativa de Nilcemar:

“Analisados juntos, sob a luz da coletividade, tais movimentos reafirmam a importância da implantação do Centro de Interpretação do Cais do Valongo como forma de compromisso de reconstrução de parte da memória histórica que ficou oculta na historiografia oficial, ou seja, esse desvelamento, pela exposição positiva e precisa do assunto, provoca reflexão sobre esses “passados presentes” no que se refere ao processo de sujeição a que são submetidos esses anônimos sujeitos da ação, a fim de se imporem novos cenários, novos deveres e conceitos de novas formulações de políticas públicas, a partir da consideração das denúncias e desejos expresso pela comunidade local”

(relato de Nilcemar Nogueira na videoconferência)

Nisso, é importante apontar as disputas simbólicas que ocorrem nessa região, que dificulta o avanço da estruturação desse centro de interpretação, ela apontou que é necessária uma agenda pública efetiva de integração dessas ações, para que traga os protagonistas dessa história para a centralidade da agenda do poder público. E nisso, ela continua enfatizando a importância do centro de interpretação passar por ações integradas, desde dos guias que devem ser capacitados para disseminar a narrativa das memórias da região e a oportunidade de vivenciá-las na cadeia produtiva do turismo étnico-afro, como restaurantes, oficinas ou apresentações culturais que tragam experiências existenciais memoráveis de valorização da cultura afro-brasileira, já que se trata de um patrimônio negro.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de **Racismo estrutural** / Silvio Luiz de Almeida. -- São Paulo : Sueli Carneiro ; Pólen, 2019.

Antropologia das práticas de poder: **reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações** / Sérgio Ricardo Rodrigues Castilho, Antonio Carlos de Souza Lima, Carla Costa Teixeira (orgs). - Rio de Janeiro : Contra Capa; Faperj, 2014.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é: o que não é**. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

BRASIL. **Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo Turismo cultural: orientações básicas / Ministério do Turismo, Coordenação - Geral de Segmentação**. – Brasília: Ministério do Turismo, 2006

BRASÍLIA. Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019. **Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9759.htm. Acesso em: 03/07/202

GUIMARÃES, SAMPAIO ROBERTA. **A utopia da Pequena África: projetos urbanísticos, patrimônios e conflitos na Zona Portuária carioca**. Rio de Janeiro. Editora: FGV, 2014

IPHAN. DOSSIÊ: SÍTIO ARQUEOLÓGICO DO CAIS DO VALONGO- PROPOSTA DE INSCRIÇÃO NA LISTA DO PATRIMÔNIO MUNDIAL. JANEIRO 2016.

LEITE, R. P. (2004) **Contra-Usos da Cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea**. Campinas: Editora da UNICAMP, Aracaju: Editora UFS. MTUR. **Plano Nacional de turismo 2018-2022-Mais emprego e renda para o Brasil. 2017**

MUHCAB, **Museu da histórica e cultura afro-brasileira**. Apresentação. 2019

REGRASP. **TURISMO ÉTNICO-AFRO NA CIDADE DE SÃO PAULO: UM CONCEITO A SER EMPREENDIDO**1 n. 1, nov.2016, p.72-98 – Lilian Soares da Silva

ROTEIRO AFRO. **Roteiros Temáticos - Afro**. São Paulo Turismo (SPTuris), 2012

UOL. **Movimento Negro**<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2020/06/03/sergio-camargo-chama-movimento-negro-de-escoria-maldita.htm>, acesso 28/06/2020

UOL. **Mãe Celina de Xangô** <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/06/28/jogadores-tracas-mae-celina-de-xango-pede-ajuda-para-manter-centro-afro.htm> acesso. 10/07/202

SOBRE A ORGANIZADORA

JEANINE MAFRA MIGLIORINI - Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, em Licenciatura em Artes Visuais pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), em Tecnologia de Design de Interiores e em Tecnologia em Gastronomia pela Unicesumar; Especialista em História, Arte e Cultura, em Docência no Ensino Superior: Tecnologia Educacionais e Inovação e em Projeto de Interiores e Mestre em Gestão do Território pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Educadora há treze anos, iniciou na docência nos ensinos fundamental e médio na disciplina de Arte. Atualmente é professora no ensino superior da Unicesumar. Arquiteta e urbanista, desenvolve projetos arquitetônicos. Escolheu a Arquitetura Modernista de Ponta Grossa – PR como objeto de estudo, desde sua graduação.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acessibilidade arquitetônica 301, 315, 317

Agache 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 193, 195, 196, 197

Arquitetura emergencial 267, 272, 273, 274, 275

Arquitetura moderna 57, 116, 118, 122, 124, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 146, 147, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 157, 160, 161, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 174, 175, 182, 183, 186, 197, 242, 244, 299

Arquitetura vernacular 68

C

Conservação urbana 82, 99, 150

Consumo e apropriação espacial 225

D

Desterritorialização 263, 267, 268, 269, 272

Diáspora africana 82, 83, 84, 86, 96

Dimensão ribeirinha 288, 289, 290, 292, 293, 295, 296, 298

Dinâmica da cidade 225

E

Economia criativa 225, 226, 230, 233, 236, 237

Educação patrimonial 91, 92, 96, 97, 214, 216, 217, 220, 221, 223, 224

Espaço urbano 45, 52, 53, 55, 56, 62, 63, 67, 159, 220, 222, 225, 236, 302

Estação ferroviária 225, 226, 227, 228, 229, 230, 232, 233, 235, 236, 237

H

Habitação social 278, 284, 286

I

Investigação projetual 128

IPHAN 2, 11, 12, 13, 14, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 41, 42, 43, 69, 70, 72, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 98, 114, 141, 173, 176, 189, 194, 195, 197, 224, 299

M

Mercado municipal 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 112

Modernismo 99, 100, 105, 139, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 191, 192, 195

Monumento nacional 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 42

N

Normatização 23, 301, 307, 310

P

Paisagem cultural 54, 69, 99, 108, 150, 151

Paisagem sertaneja 68, 78, 80

Patrimônio cultural 14, 16, 18, 22, 23, 24, 27, 28, 29, 32, 33, 35, 42, 82, 83, 87, 89, 90, 91, 92, 93, 99, 100, 105, 113, 118, 126, 137, 176, 184, 214, 216, 218, 221, 237

Patrimônio digital 13, 26

Patrimônio histórico 33, 34, 35, 39, 43, 44, 51, 52, 54, 55, 67, 80, 81, 82, 90, 105, 113, 114, 139, 146, 173, 176, 233

Patrimônio moderno 116, 118, 122, 125, 126, 138, 171

Patrimônio rural 68, 69, 70, 72, 74, 78, 79, 80, 81

Patrimônio urbano 82, 99, 102

Pertencimento 31, 90, 214, 217, 218, 219, 221, 222, 223, 263, 267, 272, 274, 275

Planejamento urbano 23, 44, 55, 62, 197, 225, 230, 231, 233, 236, 237

Projeto de arquitetura 288, 289, 293, 294, 299, 300

R

Reforma psiquiátrica 255, 256, 261, 262, 264, 265, 266

Representações sociais 44, 51, 52, 264, 275

Requalificação urbana 225, 236, 238

Residência universitária 146, 148, 149, 301, 302, 303, 307, 308, 309

Restauração crítica 1, 2, 4, 8, 10

Rotas culturais 99

T

Técnicas de registro 13, 21, 26

Tombamento 5, 23, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 37, 38, 41, 42, 43, 79, 88, 92, 105, 114

Turismo cultural 37, 82, 83, 90, 96, 98, 99

Turismo étnico- afro 82, 83, 84, 96

U


Urbanismo 12, 13, 14, 80, 85, 99, 108, 113, 114, 116, 126, 127, 128, 129, 137, 139, 140, 150, 151, 163, 171, 172, 174, 183, 184, 185, 187, 188, 192, 194, 196, 197, 198, 199, 201, 202, 204, 206, 212, 213, 214, 216, 217, 238, 240, 247, 254, 256, 260, 265, 287, 288, 294, 298, 299, 318

Urbanismo colonial 199, 204


Arquitetura e Urbanismo:

PATRIMÔNIO, SUSTENTABILIDADE E TECNOLOGIA 2

 www.arenaeditora.com.br


 contato@arenaeditora.com.br


 [@arenaeditora](https://www.instagram.com/arenaeditora)

 www.facebook.com/arenaeditora.com.br

Arquitetura e Urbanismo:

PATRIMÔNIO, SUSTENTABILIDADE E TECNOLOGIA 2

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br